

Marcos Botton Piccin¹
Roberto José Moreira²

*Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso no assentamento Ceres, RS**

Introdução

Este artigo analisa as lógicas socioculturais de agricultores-assentados constituídas ao longo de suas trajetórias sociais³ e exteriorizadas nas e pelas estratégias de reprodução social quando em assentamento rural. Com base em Bourdieu (2008), entendemos a noção de lógica sociocultural como sendo a interiorização de esquemas operadores e referências de sentido a partir dos quais os indivíduos tomam decisões

* O presente texto retoma ideias anteriormente desenvolvidas pelos autores (PICCIN, 2007; MOREIRA, 1999 e MOREIRA, 2007) num contexto mais amplo e de dados empíricos.

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ e doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Bolsista CNPq. E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br.

² Professor-orientador do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ. Bolsista do CNPq. E-mail: moreirarobertojose@gmail.com.

³ A noção de trajetória social será discutida na segunda seção deste artigo.

que traçam e constroem suas trajetórias sociais em codeterminações com a dinâmica do ambiente cotidiano. Tais lógicas funcionam como estruturas cognitivas e são adquiridas em relações sociais de poder e práticas passadas gerando campos de possibilidades e de invenção criativa da ação. Neste trabalho, procuramos investigar os processos sociais em que elas são internalizadas e como agem no estado prático e para a prática, na constituição das estratégias de reprodução social de agricultores em assentamentos rurais.

O campo de análise é o assentamento rural Ceres, formado em 1997 e com 106 famílias, localizado no estado do Rio Grande do Sul, região do Planalto, município de Joia. Essa é uma região caracterizada pela atividade sojícola (RUCKERT, 2003), onde os agricultores-assentados estão sujeitos às influências de agricultores vizinhos, às oscilações de preço determinadas pelo mercado dessa *commodity* – em alta de 1999 até meados de 2004, e, após, em declínio –, às influências político-ideológicas decorrente de tais relações, entre outras, que serão tratadas no decorrer do texto.

Os estudos que abordam a consolidação dos assentamentos rurais praticamente passam ao largo da perspectiva aqui abordada. Resumidamente, a bibliografia especializada pode servista como uma intersecção de três abordagens que destacam: a) o processo de territorialização, em que há a formação de “manchas” de assentamentos no território nacional.⁴ Estes estudos indicam mudanças multidimensionais das realidades e alterações nos significados sociais, políticos e econômicos regionais; b) as condições de vida das famílias, tanto no que

⁴ Ver FAO/PNUD – MAARA (1992); Medeiros et. al. (1994); Fernandes (1996); Guanzioli (1999); Heredia et. al. (2002); Leite (2004); Medeiros e Leite (1999; 2004); Medeiros e Sosa Junior (2006); Bergamasco e Norder (2003; 2006), entre outros.

se refere às dimensões produtivas e de cooperação, quanto às sociabilidades de gênero, geração e juventude;⁵ e, c) as vivências e (res)significações de situações sociais cotidianas e inusitadas aos parâmetros de compreensão desses indivíduos, que podem redefinir padrões de comportamento e esquemas avaliativos socioculturais.⁶

As análises se concentram, por um lado, em avaliações socioeconômicas a partir de indicadores preestabelecidos pelo pesquisador e, por outro lado, nas significações e representações sociais dos agricultores às suas vivências em tais processos. A elucidação da constituição de estruturas socioculturais incorporadas pelas posições sociais ocupadas no espaço social – com destaque para os estudos de Gaiger (1994; 1995; 1999) –, no entanto, não se estende ao estudo de como esses trabalhadores as acionam na montagem das estratégias de reprodução social e as significações a elas atribuídas em seus projetos e desejos de futuro. Partimos da hipótese de que a posição social de pobreza relativa vivida por estes indivíduos não define apenas condições restringidas de geração de renda e trajetórias sociais caracterizadas pela instabilidade das condições de vida. Além disso, também condiciona uma determinada economia psicossocial de inferioridade a estas parcelas da população constituindo diferentes *habitus* sociais. Na segunda seção deste trabalho buscamos construir a noção de economia psicossocial, além de conceituar *habitus* tendo como referência Bourdieu, como forma de localizar estes indivíduos na estrutura de poderes da sociedade brasileira.

⁵ Ver Bavaresco (1998); Neves (1999); Chelotti (2003); Caume (2002); Leite (2003); Anjos (2005); Castro (2004); Ferrante e Barone (2006); Benedetti (2006); Piccin e Moreira (2006); Lemos e Alcantara (2008), entre outros.

⁶ Ver Gaiger (1994; 1995; 1999); Loera (2004), Gonçalves (2005); entre outros.

Se a maneira de acionar os sistemas socioculturais incorporados depende do campo de poderes em que o sujeito efetivo está inserido, a forma social do assentamento, vista como campo de poderes locais e globais, delimita e conforma um campo de oportunidades aos agricultores-assentados em um *universo dos possíveis* (BOURDIEU, 2008: 216). Mas a percepção e o acionamento de distintas oportunidades e projetos de futuro dependem dos agricultores, o que constitui o assentamento como um campo social de diferenciação múltipla, tanto mais complexo quando forem distintas as trajetórias e os sistemas socioculturais dos assentados. Isso significa que o processo de conhecimento do mundo social não possui um aspecto passivo, mas ativo. Ou seja, é um ato de construção que utiliza estruturas cognitivas internalizadas em consonância com a posição ocupada nas distribuições de fatores econômicos, culturais, sociais e simbólicos. Os elementos de criatividade são dados nos campos específicos de poderes vividos, em que os indivíduos respondem às ameaças, medos e oportunidades com expectativas, esperanças e projetos de futuro, a partir de uma espécie de sentido de orientação social incorporado como estruturas socioculturais (BOURDIEU, 2008: 434-447).

A pesquisa que serve de base à reflexão aqui apresentada foi realizada a partir de observações desenvolvidas em campo desde 2004, mas cujos dados principais foram gerados e sistematizados entre maio e julho de 2006. A metodologia utilizada foi a observação direta (JACCOUD e MAYER, 2008) e valeu-se de técnicas para a geração de dados tanto quantitativos quanto qualitativos. A partir de um questionário tipo *survey*, foi realizado entre todos os assentados um levantamento de informações gerais relacionadas com suas origens, trajetórias e estratégias de reprodução social em que foi possível o estabelecimento de variáveis estatísticas entre as 106 famílias (*ver* PICCIN, 2007). O levantamento identificou três configurações produtivas de agricultores-assentados

no assentamento Ceres, já então vividas como esquemas de auto-identificação social interna. A noção de configuração produtiva procura colocar em evidência a forma como os agricultores organizam as atividades produtivas no interior de suas parcelas de terra. Corresponde à maneira de organizar os fatores produtivos e depende do conjunto de conhecimentos e experiências específicas de cada agricultor, das situações ecológicas, das condições internas ao grupo familiar e das especificidades sociais e econômicas de sua inserção em redes mercantis. Em uma primeira configuração, foram identificados 47 agricultores-assentados que possuem a cultura da soja como principal atividade destinada ao comércio; em uma segunda configuração, 42 agricultores-assentados apresentam a soja e o leite como principais atividades destinadas ao comércio e, por fim, em uma terceira configuração produtiva, 17 famílias dedicam-se a várias atividades destinadas ao comércio.⁷ Tendo em vista essa classificação, optou-se por denominar as configurações identificadas da seguinte forma, respectivamente: sistema produtivo *soja*; sistema produtivo *soja-leite*; sistema produtivo *diversificado*, ou seja, como categorias analíticas.

Desse conjunto, a partir dos critérios de espacialidade e saturação (SÁ, 1998), privilegiou-se a realização de entrevistas em profundidade com uma amostra de três grupos familiares por sistema produtivo. Procuramos explorar a trajetória social das famílias (antes, durante e depois do acampamento), assim como os processos de construção de conhecimentos e saberes. Isso deu uma compreensão de longo prazo sobre a história de reprodução social dos grupos domésticos, tornando os dados

⁷ Cientes da prática da *alternatividade* (GARCIA JR., 1983) entre os outros agricultores-assentados, optamos por permanecer com tal divisão porque as diferenças entre sistemas produtivos das famílias são largamente observáveis no desenho produtivo dos lotes.

gerados pelo questionário tipo *survey* analisáveis dentro de uma sócio-historicidade. Além disso, optamos por vivenciar o cotidiano dos grupos familiares, em especial dos componentes da amostra, gerando um caderno de anotações de campo.

O cotejamento dos dados gerados na pesquisa mostrou que os grupos formados por ocasião dos sistemas produtivos desenvolvidos no assentamento possuem maior homogeneidade intragrupo quanto às posições sociais ocupadas anteriormente ao assentamento e à estruturação das visões de mundo – projetos e desejos de futuro. É essa homogeneidade intragrupo que organiza a análise dos dados que realizamos na terceira seção deste artigo, a partir dos sistemas produtivos desenvolvidos no assentamento, conforme identificados acima.⁸

Investigar tais questões é, por assim dizer, conhecer como a condição de agricultor-assentado é vivida. Ou seja, é desvendar a forma como as pessoas veem o seu mundo e como nele vivem em um determinado tempo e espaço. Isso molda, necessariamente, a capacidade para imaginar como a realidade vivida pode ser mudada e se consideram essas mudanças – sejam elas econômicas, políticas, culturais – possíveis e desejáveis, o que pode favorecer, tensionar ou mesmo impedir a materialização de projetos vindos de vários agentes sociais, como governos e direções de movimentos sociais. Do ponto de vista da contribuição às ciências sociais, importa descrever a gênese das estruturas cognitivas, das classificações e princípios de divisão a partir das divisões sociais em nossa sociedade.

⁸ Vale destacar que não é a posição social em si que modula os parâmetros socioculturais, mas as experiências vividas em cada uma delas, havendo, portanto, uma maior probabilidade de serem semelhantes em mesmas posições sociais. Assim, estaremos nos reportando à história de ocupação do território gaúcho, quando for necessário situar as posições sociais geradas.

A noção de psicoeconomia e setores subordinados no campo brasileiro

O problema que se coloca como pano de fundo deste artigo é a descrição da gênese social das estruturas mentais, adquiridas nas trajetórias sociais, bem como a estrutura social que é seu fundamento. Assim, as trajetórias sociais passam a ocupar o centro da análise e são entendidas como uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo(s) agente(s) em um determinado espaço social. O próprio conjunto de relações objetivas nas quais o(s) agente(s) esteve(ram) ligado(s) direta ou indiretamente tem de ser analisado como forma de fazer surgir as individualidades configuradas como estruturas socioculturais, entendidas aqui como *habitus* sociais (BOURDIEU, 1996).

O conceito de *habitus* é fundamental porque permite captar nos indivíduos o que é imputável às especificidades de sua inserção na estrutura de poderes da sociedade. Constitui-se, sócio-historicamente, como um sistema de disposições sociais, ainda que opaco, irrefletido e naturalizado, que define um modo de ver, analisar, desejar e pensar que se materializa nas palavras, atitudes e gestos, ou seja, como um sistema particular de estruturas subjetivadas. Embora uma estrutura estável, o *habitus* não é estático; frente a transformações na ordem social, nas práticas e experiências, e principalmente nas trajetórias vividas por indivíduos e grupos, apresenta-se maleável quanto à possibilidade de resignificação de sentidos. Ou seja, o *habitus* torna-se a referência da práxis, sobre o qual também age (BOURDIEU, 2002).

No caso brasileiro, Souza (2003) aborda o que ele chama de construção social da subcidadania e constituição de *habitus* sociais tendo em vista a estrutura de poderes no país. O autor analisa as relações de poder e suas materializações nos sistemas simbólicos e de comportamentos de indivíduos e grupos em

nossa formação sócio-histórica. A condição de subcidadania seria reconhecida pelos próprios indivíduos em posição social subordinada quando estes argumentavam querer “viver como gente”, ou como “cidadão”; um reconhecimento tácito de condições de inferioridade (tanto econômica, quanto nas maneiras e hábitos). Na mesma direção, o estudo realizado por Fialho (2005) demonstrou como houve a construção histórica da significação de inferioridade das classes subalternas no caso gaúcho. Estaria presente no imaginário social, de um lado, a qualificação do descendente de imigrantes de alemães e italianos como superiores, capazes, produtivos, de “origem” e, de outro lado, os descendentes de portugueses, miscigenados com índio, negro e espanhol, como seres humanamente inferiores, incapazes e improdutivos. Essa construção social de estigmas era reproduzida na psiquê das comunidades estudadas e incorporada como autoimagem pelos segundos. Na realização da pesquisa aqui referida, os agricultores-assentados, classificados no sistema produtivo diversificado – os com maiores rendimentos e os mais adaptados à racionalidade da acumulação econômica; como veremos nas seções seguintes – também declaravam desejar “uma vida de cidadão”, como expressão de padrões sociais de vida que pretendiam alcançar. Esses dois exemplos parecem reforçar o argumento de Souza que identifica no caráter estrutural da pobreza no país devido à concentração de riqueza e renda como fenômeno histórico, à criação de um *habitus precário* como fenômeno de massa em tal sociedade, o que consubstancia os sentimentos de subcidadania.

Esse *habitus precário*, Souza define como “para baixo” de outro tipo de *habitus* chamado de primário. Ou seja, este último implica um conjunto de predisposições psicossociais e cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas do papel de produtor, com reflexos diretos no reconhecimento do papel de “cidadão pleno”. Para López-Ruiz (2007), nas sociedades que experimentam o neoliberalismo como doutrina econômica

e cultural, um novo tipo de *habitus* estaria sendo gestado: o de trabalhador-empresa. Ou seja, uma valorização-desvalorização das competências e aptidões do trabalhador que são vistos como seu capital. Nessa nova configuração do mercado capitalista o próprio trabalhador emerge a seus olhos e aos olhos dos outros como uma espécie de empresa. Essa é a transformação fundamental e que tende a ser incorporada como *habitus*, em diferentes graus. Em última análise, implica a eliminação do trabalho e do trabalhador em virtude da conversão do primeiro em capital e do último em capitalista.⁹ Tal redefinição de sentidos teria, para aquele autor, a mágica de justificar a exclusão social, uma vez que a culpa seria do próprio trabalhador que não soube valorizar seu próprio capital.

Essa ideologia da competência condena a maior parte da população brasileira a viver em um nível de subsistência. De acordo com Delgado (2005: 43), baseado nos dados do Censo Demográfico de 2000, 54,4% da população economicamente ativa do país pode ser considerada dentro de um *setor de subsistência*.¹⁰ Esse setor compreende uma população cuja *distância da necessidade* (BOURDIEU, 2008: 54) imediata para reprodução mínima das condições de existência tende a ser nula.¹¹ Em outras palavras,

⁹ Foucault (2008), em seus cursos de 1979 no Collège de France, já apontava para estas transformações do capitalismo contemporâneo, as quais nominou como o “nascimento da biopolítica”.

¹⁰ Delgado (2005: 38) conceitua o setor de subsistência como aquele compreendido por setores sociais envolvidos em atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação que não são regulados pelo contrato monetário de trabalho, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos.

¹¹ Em sentido oposto, Bourdieu (2008: 56) argumenta: “à medida que aumenta a distância objetiva da necessidade, o estilo de vida torna-se cada vez mais o produto do que Weber designa como uma ‘estilização da vida’, expediente sistemático que orienta e organiza as mais diversas práticas, por exemplo, escolha do vinho de determinada safra e de um queijo, ou decoração de uma casa de campo”.

ao não exibir os requisitos de progresso social via o sucesso competitivo, sua luta visa *apaciar a fome* (ELIAS e SCOTSON, 2000: 33), ou seja, obter os meios de subsistência imediatos.

O caráter de desigualdade estrutural no país é ainda maior quando analisado o campo brasileiro. De acordo com Delgado (2005: 42), o *setor de subsistência* da economia rural incluiria 64% dos domicílios familiares (cerca de 5 milhões de domicílios), que estariam em uma situação também definida como abaixo da linha de pobreza (caracterizada por renda per capita familiar abaixo de um quarto de salário mínimo). A perpetuação histórica dessas relações indica uma matriz de desigualdade e pobreza que se mantém, sem rupturas, ao longo da história. Isso destaca a premência, no caso brasileiro, de as ciências sociais considerarem o setor de subsistência não como uma categoria residual, transitória e subsidiária do desenvolvimento capitalista, mas como um setor que constitui estruturalmente a sociedade brasileira e se reproduz, nos quais os assentamentos rurais são uma fração deste, exigindo esforços teóricos de interpretação quanto às relações políticas, econômicas e culturais (re)produzidas.

No que se refere à relação da sociedade brasileira com os pequenos proprietários rurais (familiares), Moreira (2007) analisa a construção do que denomina ideologia da subsistência. Ou seja, a posição dominante que a grande propriedade teve e tem na história agrária do país, sempre alçada à condição de produtora e geradora de divisas, engendrou um lugar social de marginalidade aos pequenos produtores, relegados do desenvolvimento econômico e social do país. Aos últimos foi reservado um lugar de subsistência das condições de vida. Essa condição é reproduzida, entre outras coisas, pela política pública que tem os primeiros

como a parte moderna e exportadora e trata os segundos com política compensatória.¹²

Em ambos os casos citados são análises de dimensões sócio-históricas de socializações que produzem a figura do ser socialmente inferior. Inferior, inclusive e em algumas situações, quanto às predisposições culturais hegemônicas relacionadas aos princípios do desempenho e da disciplina, que exigem uma racionalidade voltada à competitividade. Na pesquisa a que referimos nossas reflexões, tal situação é exteriorizada por aqueles agricultores-assentados classificados na configuração produtiva denominada soja, que declaravam “não saber se administrar”, numa referência ao manejo produtivo dos seus lotes de terra, em um espaço social¹³ em que era valorizado o aumento da produção agropecuária visando à comercialização. A ausência dessas precondições hegemônicas implica a constituição de um *habitus* marcado por disposições sociais que não atendem às demandas objetivas para que sejam considerados produtivos e úteis em uma sociedade complexa e competitiva e que possam gozar de reconhecimento social de acordo com a noção de cidadania plena, segundo o esquema de Marshall (1967). Sua vida opera em um nível de subsistência. Como tais critérios são naturalizados na ordem social, há a tendência, tanto da sociedade quanto do próprio indivíduo, de ver essa inadaptação como culpa individual, o que redefine a noção de “dignidade”, no sentido de “levar o outro em consideração” por regras de igualdade, e naturaliza as situações de desigualdade.

¹² Poderíamos discorrer longamente sobre a marginalização dos setores sociais denominados de agricultores familiares na história agrária nacional, em que a política pública é uma das dimensões, mesmo que seja necessário reconhecer o atendimento de certas reivindicações pelo Estado a alguns setores da agricultura familiar.

¹³ Formado por outros agricultores-assentados, assessoria técnica, direções do MST, de cooperativas e das políticas públicas para a produção agrícola.

Assim, por intermédio dos condicionamentos diferenciados e diferenciadores, associados às distintas condições de existência, parece haver a constituição de economias psicossociais ou, simplesmente, psicoeconomias: valores e rotinas de comportamentos (não apenas restritas à dimensão econômica propriamente dita) diferenciados que tendem a ser naturalizados. Correspondem à vivência de limites objetivos que se tornam o sentido dos limites (BOURDIEU, 2008: 438). Uma certa adesão às relações da ordem, que são aceitas como evidentes, em que o sentido dos limites implica um esquecimento dos limites – espécie de avaliação das expectativas mediante as oportunidades estruturadas pelas relações de poder do espaço social.

Os agricultores de assentamentos rurais são indivíduos que tendem a acumular, em suas trajetórias sociais, menor quantidade de recursos, entre os principais, econômicos e culturais valorizados hegemonicamente. No entanto, as diferentes posições sociais de origem (filho de pequeno agricultor, ex-empregado urbano, ex-empregado de fazendas etc.) e as diferentes trajetórias sociais anteriores ao assentamento também conformam grandes diferenças internamente ao que se poderia chamar genericamente de “categoria social sem-terra”. A posição social por eles ocupada vis-à-vis o desenvolvimento das relações sociais conforma vivências diferenciadas dos poderes da cultura, dadas pelas experiências acumuladas, conhecimentos e aptidões intelectuais adquiridas em cada contexto, como um conjunto de saberes que se sedimentam em lógicas de ação, como um senso prático e como *habitus* sociais. Tem-se, portanto, que as lógicas de ação e comportamento forjadas ao longo das trajetórias sociais tendem a influenciar na montagem e definição das estratégias produtivas nos lotes dos assentamentos. Essa análise será desenvolvida a seguir.

Condições de produção cultural, posições sociais e predisposições incorporadas

Os agricultores-assentados do sistema produtivo diversificado

Os agricultores-assentados considerados nesse sistema produtivo eram filhos de pequenos agricultores da região do Alto Uruguai que decidiram integrar a luta por terra. Essa região passou a ser colonizada a partir da década de 1920, com a migração progressiva de novas gerações de descendentes de colonos em busca de terras, sobretudo de italianos e germânicos instalados inicialmente num raio de 200 km do município de Porto Alegre (ROCHE, 1969). A dinâmica de ocupação do território, além de promover a formação de colônias “mistas”, também determinou nessa região uma maior concentração das populações chamadas de caboclas e indígenas, expulsas inicialmente tanto pelos estancieiros, devido à ocupação das áreas de campo no Planalto com o gado, quanto pelos projetos de imigração que ocupavam as áreas de mata (KLIEMANN, 1986). As populações indígenas couberam as chamadas reservas e, de forma geral, tanto aos colonos quanto aos caboclos à ocupação de pequenas propriedades de terra, devido ao fechamento da fronteira agrícola a partir da década de 1960. A região é caracterizada por topografia acidentada e pelo minifúndio (ZARTH, 1997; RUCKERT, 2003).

Nessa formação sócio-histórica duas questões tomam relevo: as possibilidades de caldeamentos culturais e a posição de pequenos agricultores em um período de modernização da agricultura. Se as origens étnicas “caboclas” e “europeia nãoibérica” forem consideradas como veios culturais do trabalhador rural meridional, teríamos que: a) os primeiros são herdeiros de uma relação *imediata* ao conjunto de circunstâncias

da natureza onde propiciava sua vivência, cujo *valor* e *usufruto* da posse da *terra* não eram estabelecidos pela propriedade privada e onde a concepção de *trabalho* era dada pelo alcance das condições imediatas de sobrevivência; e b) os segundos são herdeiros de um *valor terra* mediado pela noção de propriedade privada, de uma *concepção de trabalho* que valoriza a regularidade, a dedicação e a parcimônia, constituintes de uma noção de honorabilidade (SEYFERTH, 1986; GAIGER, 1994; GERHARDT, 2006; RENK, 2006: capítulos II e III). Veios culturais que constituem um determinado pano de fundo, mas que o desenvolvimento sócio-histórico “embaralhou-os” não permitindo que sejam tratados de forma autêntica. São as condições socioeconômicas que proporcionam a reprodução ou modificação das referências culturais, como no caso da chamada “acaboclição” de colonos quando em situação miserável de vida (ROCHE, 1969). Os parâmetros culturais gerados e modificados nesse ambiente tendem a se expressar nos trabalhos desenvolvidos nas pequenas propriedades das famílias de origem dos agricultores-assentados aqui analisados. Como tais, estavam inseridos, principalmente a partir da década de 1970, nos processos de modernização da agricultura.

De acordo com os dados da pesquisa, o tamanho das propriedades rurais dos grupos domésticos de origem variava de 7 a 11 ha e a base comercial dava-se a partir da criação de suínos e cultivo de cereais, especialmente trigo, milho e soja, acompanhada por uma diversificada produção de autoconsumo. Outras atividades geradoras de renda também eram estimuladas no contexto da década de 1980: além de as cooperativas tritícolas fomentarem o binômio trigo-soja, promoviam plantas industriais de beneficiamento de leite, carne e derivados de suínos, entre outros. Mais ainda: indústrias fumageiras instalavam-se no estado, constituindo, do ponto de vista dos agricultores, outras possibilidades de geração de renda (RÜCKERT, 2003). Pode-se dizer que esse

processo consolidou cadeias produtivas que integraram os pequenos agricultores no âmbito da comercialização de commodities e abriu, ao menos ideologicamente, maiores possibilidades de acumulação de capital, entendido a partir da ideia de “melhorar de vida”.¹⁴

Do ponto de vista da geração das condições materiais para reprodução dos valores baseados na família, a inserção nesse processo de modernização pode ter representado a perspectiva de realizar princípios morais, como aqueles relacionados com as “obrigações” paternas de conceder frações de terra para que os filhos pudessem casar e constituir seus grupos familiares. Nessa perspectiva, a própria cultura e a tradição seriam “motores” da incorporação de novos processos produtivos, que por sua vez constituiria e ingressaria os agricultores em uma racionalidade mercantil monetarizada (WOORTMANN, 1990). Agindo em um sentido de afirmação das noções de progresso, modificam-se as noções de tempo – de noções de *tempo circular* para noções de *tempo flecha* (BAILEY, 1971) –, afirmam-se as crenças nos valores relacionados à melhora material através da dedicação laboral, criam-se novos desejos, carências e necessidades ampliando ainda mais as perspectivas mercantis, desenvolvendo novas capacidades (relacionadas, principalmente, com os conhecimentos de mercado e de novas técnicas de cultivo elaboradas em instituições de pesquisa e extensão) e formas de pensar. Trata-se, pois, de uma mudança potencial em direção a uma racionalidade organizada para trocas monetárias no contexto contemporâneo, impulsionada pela expansão do capitalismo sob a égide da modernização.

¹⁴ Tal expressão, usada nas falas dos agricultores-assentados recolhidas na pesquisa, procura designar o desejo de melhorar econômica e simbolicamente, por mais que as graduações de tal melhora possam ser entendidas de forma diferenciada pelos agricultores-assentados.

Contudo, a pequena propriedade de terra do grupo doméstico representa uma instabilidade estruturante dos espaços sociais das formas das agriculturas familiares (Moreira, 1999). A instabilidade dessas situações associava, por um lado, o cultivo de pequenas parcelas próprias de terra e, por outro, os contratos de parceria com grandes proprietários, no caso estudado, por meio da prática do arrendamento. Eram estabelecidos contratos com pequenos agricultores para *limpar* as novas terras com seu cultivo. Após seu término, os proprietários reassumiam as terras para plantação de monoculturas comerciais de forma mecanizada. Nessa mesma direção, a incorporação de novas técnicas de preparo do solo e cultivo na triticultura e na sojicultura diminuiu não somente as práticas de arrendamento e meação, mas também as possibilidades de emprego, bem como o preço dos produtos oriundos da produção dos colonos. O resultado foi uma menor renda monetária e a incapacidade de atender às carências (materiais e simbólicas) mínimas dos grupos familiares.

Portanto, as famílias dos agricultores-assentados aqui considerados estavam inseridas numa economia mercantil de trocas desiguais como proprietárias de pequenos patrimônios produtivos e/ou como pequenas arrendatárias. Nessa posição social, além de buscarem suprir as carências socialmente geradas de consumo familiar, tinham que pagar a renda da terra ao proprietário fundiário. Não obstante, para esse caso, o pequeno agricultor tem que provar ao proprietário que possui condições de desenvolver a produção e de pagá-lo. Circunstâncias que exigem uma visão monetarizada e de mercado. Mas, seria um equívoco interpretativo considerar que esta mercantilização da reprodução da vida familiar transforma o “camponês” em “capitalista”. Esse é um processo de longa datação, desde o nosso escravismo mercantil. A mercantilização não enfraquece o reconhecimento de que estas formas camponesas brasileiras estão ancoradas nos valores da *família* e da *terra*, como local de

trabalho e de vida, assim como as condições morais que daí se sucedem (WOORTMANN, 1990).

Com efeito, essas situações de instabilidades se asseveram quando é chegada a hora dos filhos constituírem novos grupos familiares. Os dados recolhidos na pesquisa revelam que os agricultores-assentados aqui considerados ainda eram solteiros e buscavam possibilidades de realização econômica para a constituição de novo núcleo familiar. Com essa perspectiva tiveram outros itinerários como tentativas de reprodução social, conforme o *status quo* estabelecido antes de se decidirem pela luta pela terra: arrendamentos de terras, migração para garimpos no Norte do país em busca de um golpe de sorte, tentativa de emprego urbano etc. Julgando não atender aos projetos de futuro, veem na conjuntura de luta pela terra, do início da década de 1990, uma oportunidade de “mudar de vida”.¹⁵ A decisão de integrar os acampamentos ocorre por uma insatisfação com a realidade vivida e pela esperança num futuro de melhores condições de vida. Esperança elaborada a partir de uma defasagem entre as expectativas materiais e simbólicas e a realidade percebida como limitante para tais realizações. O olhar para o lote de terra passa a ser dirigido pela possibilidade de acúmulo de capital econômico, ascensão social e atendimento das carências socialmente produzidas e internalizadas pelos agentes numa dimensão sócio-histórica e posição social.

Quando em acampamento, esses agricultores-assentados têm uma característica peculiar que é a sensibilidade que demonstram em relação às novas situações sociais. De forma geral, esses sem-terra são os mais fortemente afetados pelas experiências da luta coletiva.

¹⁵ No início da década de 1990, a direção do MST lançou uma série de mobilizações pela “retomada da luta pela terra”. Acerca desse período, ver a revisão bibliográfica realizada em Piccin (2007).

A particularidade nesse caso é que as ressignificações associadas a visões de mundo agem abrindo uma disponibilidade para uma maior participação e ação política.¹⁶ A reflexão a partir da prática coletiva os introduz nas discussões de objetivos maiores da luta, das estratégias correspondentes e de mobilização de seus pares. Frequentemente se dispõem a compor as equipes de “frente de massas”¹⁷, voltando para sua comunidade de origem para mobilizar outros sem-terra.

Com uma participação política relativamente destacada, como na experiência em “frente de massas”, legitimam-se a assumir postos de direção no acampamento. Em tais situações ficam mais predispostos às novas formas de pensar, além de que podem ficar mais próximos das direções estaduais do MST. Nesse caso, processa-se uma reviravolta geral quanto às crenças até então cultivadas, na qual, inclusive, pode-se adiar a ida para o lote para se dedicar às atividades relacionadas à militância política.

Como se tornam referência no acampamento e, possivelmente, depositários de esperanças por parte da direção estadual do MST, estimulam os debates sobre as formas de organização da produção e arranjos produtivos entre os demais sem-terra conforme as ideias e projetos das direções desse movimento. Dispõem-se à participação em cursos de formação política e de preparação para a organização agropecuária nos lotes, neste caso, baseados nos conhecimentos sistematizados pela

¹⁶ Para uma análise da alteração do pensamento religioso em tal situação, ver Gaiger (1995).

¹⁷ A chamada “frente de massas” pode ser comparada com as comissões de acampados ou dirigentes liberados pelo MST para realizar visitas às parcelas mais empobrecidas da população (pequenos agricultores, população de periferia das cidades etc.) e convidá-las para fazer parte da luta pela terra em acampamentos e mobilizações.

agroecologia.¹⁸ Além do mais, as visitas a outros assentamentos que desenvolvem a produção coletivizada também influenciam na afirmação daquelas ideias uma vez que servem de referência e atestam o funcionamento do “coletivo”.¹⁹ Convencem-se de que o modelo de produção familiar parcelar já não é mais viável e admitem integrar os chamados coletivos de produção não apenas por que representam um projeto de edificação de “uma nova sociedade”, mas, principalmente, por considerarem que o modelo de coletivização da produção, pode oferecer condições de auferir renda monetária maior que a forma individual. Nessa direção, os significados atribuídos à participação nos cursos de agroecologia estão relacionados a certo prestígio social proporcionado pelas tarefas de coordenar e dirigir atividades no acampamento, bem como à ampliação das possibilidades de reprodução econômica futura nos lotes.

A práxis realizada no período de acampamento atua como catalisadora que, num efeito cumulativo, potencializa predisposições culturais já internalizadas. Por mais que haja o reconhecimento de que, quando em assentamento, a coletivização da produção “é outra história”, essa forma de organizar a produção permanece como referência positiva no estabelecimento de sistemas produtivos. Esse movimento de transformação cultural conforma política e culturalmente os indivíduos a assumirem postos de direção, seja do assentamento, da cooperativa ou outro. Contudo, o aprofundamento ou a relativização desse processo depende do contato futuro com as novas práticas sociais, econômicas e de disputas políticas gestadas no assentamento. Por mais que haja tendências, é um processo em andamento e aberto, que

¹⁸ Para uma análise específica da participação destes agricultores-assentados em cursos de agroecologia, ver Piccin e Moreira (2006).

¹⁹ Nas entrevistas realizadas pela pesquisa, destacaram-se as citações de visitas aos assentamentos do município de Sarandi e de Nova Santa Rita, na região da grande Porto Alegre.

aqui não será tratado em pormenor. Para os objetivos deste artigo, trataremos apenas da conjuntura de valorização e declínio da atividade sojícola, bem como dos comportamentos dos agricultores acionados em cada caso.

Nesse sentido, a chegada das famílias no assentamento se deu em um contexto de expansão da área cultivada com soja no município, acompanhando o aumento de preço desta *commodity* (BENTEVI, 2005). Além disso, a partir do ano de 2000, ocorreu a introdução de variedades de soja transgênica no assentamento que, aos seus olhos, diminuía os custos intermediários de produção. As ideias que corriam no assentamento de que a soja daria menor dispêndio de trabalho e traria maior renda monetária contribuíram não apenas para a dissolução dos grupos coletivos de produção, mas também para o abandono de experiências de produção ecológica que se desenvolveram até meados do ano de 2001. Serviram para convencê-los de que a soja seria a melhor atividade a ser desenvolvida como forma de obtenção de renda monetária.

Em suas trajetórias, percebe-se nitidamente a força de coerção e convencimento exercida pela estrutura produtiva (objetiva e subjetiva) regional, revelando diferenciais de poderes onde os granjeiros²⁰ são as referências do melhor padrão produtivo. Neste contexto, a soja e seu padrão tecnológico são as expressões do poder hegemônico regional, sendo essas percepções internalizadas pelos agricultores-assentados, orientando suas ações. Se “o pessoal, os granjeiros” e até a cooperativa do assentamento²¹ plantavam soja, então uma espécie de senso comum se desenvolvia no sentido de também

²⁰ Agricultores vizinhos ao assentamento que usam técnicas da agronomia moderna no cultivo das terras.

²¹ No mesmo ano de fundação do assentamento (1997) formou-se uma cooperativa de produção e comercialização que deveria administrar uma área de 200 ha. A respeito, ver Piccin *et. al.* (2009).

plantar soja e mecanizar o lote. Além disso, como a perspectiva de “melhorar de vida” é mediada pela perspectiva de melhorar economicamente, tornam-se arrendatários de terras dentro do próprio assentamento, de lotes de outros assentados ou de áreas de fora do assentamento.²²

Contudo, a partir de 2004, tal estratégia de reprodução social encontrou problemas: estiagens que provocaram perdas de safras, diminuição do preço da saca da soja a partir de 2004 e endividamento dos agricultores, pois muitos adquiriram insumos agrícolas em empresas para pagar com a produção futura. As representações da atividade sojícola passam por redefinições e agora é identificada como “uma praga”, causa de todos os problemas, sendo um momento conhecido como “crise do grão”, marcado pela busca de outras fontes produtivas e de obtenção de maior renda monetária. Nesse sentido, num primeiro momento, a atividade leiteira ganha destaque em suas estratégias e, em seguida, as atividades que até então eram utilizadas, preferencialmente, para o autoconsumo passam a ser cultivadas com objetivo comercial, acionando os conhecimentos e saberes adquiridos no período do acampamento com relação à produção agroecológica.

Os agricultores passam a mobilizar uma rede de contatos construída na cidade do município de Joia, ou cidades próximas, estabelecida quando ocupavam cargos de direção da cooperativa ou do assentamento, ou, ainda, acionam estratégias de venda adquiridas nos estágios realizados em outras cooperativas do MST durante o período do acampamento, como a venda em casas de particulares nas cidades. Dessa forma, a “diversificação da produção” passa a caracterizar produtivamente esse

²² Todos os agricultores-assentados aqui considerados foram, durante esse período de valorização da soja, arrendatários de áreas de outros lotes dentro do assentamento ou de até 100 ha fora do assentamento.

conjunto de agricultores-assentados. O aumento da quantidade de trabalho exigida pelo aumento das atividades produtivas compõe o quadro das razões que promovem novas formas de cooperação entre agricultores-assentados vizinhos, como na construção de grupos parcialmente coletivos, onde alguns deles estavam inseridos quando da realização dessa pesquisa.

Assim, constituem um comportamento de experimentação – apesar das seguidas frustrações em relação às questões produtivas, de técnicas, manejos e atividades produtivas – maior que os demais agricultores-assentados no que se refere às estratégias de produção. Quanto aos projetos de vida que visualizam para o futuro, reafirmam os desejos de “subir na vida”, de “ser alguém”, de ter condições econômicas de “ter uma vida melhor”. Ao mesmo tempo que acreditam que isso ainda seja possível dentro do assentamento, são os agricultores-assentados que representam estar mais insatisfeitos com as condições socioeconômicas em que se encontram suas famílias, apesar de que, quando olham para trás, veem que suas vidas melhoraram consideravelmente. Contudo, manifestam verbalmente que não desejariam que seus filhos tivessem o mesmo destino em acampamentos de sem-terra, mesmo que essa hipótese não seja excluída.

Os agricultores-assentados do sistema produtivo soja-leite

O que marca os agricultores-assentados considerados nesse sistema produtivo parece ser a racionalização de sua posição social devido às frustrações vividas ao longo de suas trajetórias sociais, o que supervaloriza a constituição da família e das condições mínimas de vida, e reduz a geração de novas necessidades sociais. Os indivíduos aqui considerados são filhos de agricultores-assentados e filhos de pequenos agricultores que, no mais das vezes, trabalharam em fazendas de trigo/soja como empregados ou *a meia* e/ou que tiveram experiências em trabalhos urbanos; ou, ainda, ex-pequenos agricultores que se

assalariaram em empregos urbanos. As regiões geográficas de origem são o Planalto e o Alto Uruguai.

Aqueles que são filhos de agricultores-assentados são sem-terra de segunda geração. Os dados obtidos pela pesquisa revelam que, anteriormente à ida da família para o acampamento, seus pais trabalhavam *a meia* em fazendas ou em serrarias de municípios do Planalto.²³ Ainda quando crianças estiveram juntos com suas famílias de origem nos acampamentos da década de 1980, principalmente no da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta. De acordo com Caldart (2000: 73), esse acampamento gestou experiências organizativas importantes que serviram de referência tanto para a luta política quanto para a organização da produção nos assentamentos que se seguiram, como o trabalho coletivo.

Quando as famílias foram assentadas, estiveram inseridas nos processos de formação de grupos coletivos de produção e de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) que pretendiam organizar coletivamente o trabalho, o capital e a terra.²⁴ No entanto, depreende-se dos dados disponíveis que essas experiências foram vividas negativamente devido às constantes divergências e discussões internas, que, geralmente, levavam ao fracionamento daqueles grupos de produção coletiva e à individualização da produção. As representações estabelecidas da vivência desses ambientes constituíram referências de que o trabalho cooperativo (coletivo) não era um modelo a ser seguido para a organização de um assentamento, muito menos para submeter o trabalho familiar a tais condições.

²³ A respeito da importância das serrarias e do impedimento aos colonos e aos caboclos às matas para realizarem roçados, ver Rückert (2003: 44).

²⁴ A respeito das CPAs, ver, entre outros: Zimmermann (1994); Scariot (2002); Anjos (2005).

É recorrente em suas entrevistas que, chegada a hora de constituir família, tentaram várias possibilidades de trabalhos, como empregos temporários ou permanentes em granjas ou empregos urbanos, especialmente na região metropolitana de Porto Alegre. Em ambos os casos, o sonho de ter um pedaço de terra nunca saiu de suas perspectivas e a conjuntura de luta pela terra do início da década de 1990 estimulou-os a irem para os acampamentos repetirem a trajetória de seus pais. Nessas condições, a única alternativa considerada digna de reprodução social que lhes restava era a conquista de um lote de terra e o trabalho com base na família.

Os filhos de pequenos agricultores aqui considerados trabalhavam com suas famílias em pequenas propriedades e em regime de meação com grandes proprietários, geralmente *limpando* as terras para depois serem mecanizadas. Chegada a hora de constituir família, apresentam trajetórias como empregados em granjas, nesse caso, por um período de três a cinco anos. Contudo, em razão da ameaça de perderem os empregos devido à mecanização crescente das granjas, das mobilizações de luta pela terra e, talvez principalmente, porque a referência de pequeno proprietário parcelar permaneceu latente, decidem integrar os acampamentos de sem-terra. São uma geração, qual a dos pais, que não teve condições objetivas de garantir a reprodução social perante a concessão de uma parcela de terra. A análise dos dados disponíveis revela ansiedade vivida durante o período em que permaneceram como empregados agrícolas, pelo desejo de conquistar a condição de *colono* pequeno proprietário. A permanência nas terras do patrão é vista como temporária, mediada pela crença de que seria possível, dentro do *status quo*, alcançar o tão sonhado pedaço de terra próprio. Nesse sentido, a terra própria, particular, aparece como objetivo maior a ser alcançado.

Já os ex-pequenos agricultores, julgando que a condição de pequeno proprietário não atendia às necessidades materiais e simbólicas da família, verão como uma boa oportunidade, comparativamente ao que lhes reservava a vida de pequenos produtores empobrecidos, a migração para trabalhar como empregados urbanos, vendendo suas poucas posses. Contudo, os baixos salários, as diferenças de processos de trabalho quando comparados com a condição anterior de pequenos agricultores na qual organizavam sua própria jornada de trabalho e a iminência de desemprego no início da década de 1990 fazem-nos reavaliar seus projetos de vida. É marcante nas informações obtidas pela pesquisa que a condição anterior de pequeno proprietário tende a ser representada de forma nostálgica, de um passado “bom” e perdido. São recorrentes os momentos em suas declarações que lembram que a condição anterior permitia ter seus animais, suas plantações, estar no “meio da natureza” e organizar seu próprio tempo de trabalho. Além do mais, a conjuntura de formação de acampamentos e a política de realização de assentamentos estimulavam esse caminho. Nesse sentido, os projetos para o futuro são mediados pelo resgate dos projetos do passado e pela condição de tornarem-se novamente pequenos agricultores.

Entre os indivíduos aqui considerados, a centralidade das razões que os motivam a entrar na luta pela terra está relacionada com uma visão em que a conquista da terra aparece como valor maior, a qual permitiria resgatar e construir um modelo de agricultor associado com a imagem de *colono parcelar*, que por circunstâncias históricas foram impedidos de manter ou alcançar. A imagem desse *colono* aparece idealizada, associada a um passado áureo que a condição de agricultor-assentado permitiria (re)constituir, mais idealizada como garantia de estabilidade e segurança do que numa perspectiva de progresso e integração aos mercados, como no caso daqueles outros agricultores-assentados analisados anteriormente. Essa

interpretação parece estar associada, sobretudo, às experiências traumatizantes de perdas e fracassos. Seria, assim, a condição de colono o verdadeiro lugar almejado na sociedade, dada pela ausência de alternativas.

Ao menos a posse do lote é vista como condição mínima para suportar uma “vida de pobre”, como declarado nas entrevistas. Nesse sentido, exterioriza-se um modo de ver o lote que é determinado pela condição estrutural subordinada ocupada na estrutura de relações sociais, que, além de condicionar situações de miserabilidade, também define um espectro de desejos restrito àquilo que julgam ter condições de ainda atingir.

Assim, mesmo sendo socializados em posições sociais diferenciadas, os significados atribuídos aos projetos mais gerais de futuro são semelhantes. A vivência nessas posições sociais dos diferenciais de poder da cultura limita os desejos à posse do lote e uma produção agrícola, inicialmente, associada ao que se poderia chamar de autoconsumo, com o qual se daria a reprodução social e simbólica da família. As representações sociais elaboradas são no sentido de afirmar a condição de proprietário parcelar como a única condição para a reprodução social, cogitando-se a luta pela terra. A imagem de referência do colono parcelar representa tais comportamentos uma vez que a posse do lote passa a ser vista como condição inegociável para desenvolverem seus modos de vida.

A característica nuclear do comportamento expressado pelos agricultores-assentados é o receio – dúvida acompanhada de temor – que demonstram em relação às novas experiências sociais que se iniciam no acampamento. A ameaça que muitas circunstâncias apresentam às certezas forjadas nas trajetórias anteriores tende a agir limitando as ressignificações culturais ou conduzindo a um recuo e à reafirmação de antigas convicções.

Os acontecimentos da luta, as ideias e propostas difundidas pela direção do MST ganham significação a partir de um

modo de compreensão que parece estar bem consolidado. Esse período de suas vidas parece não configurar novas racionalidades sociais e econômicas quanto à organização da produção no futuro assentamento. A forma de produção coletiva lhes aparece como anômica, pois os obrigaria não somente a rever o papel da família no conjunto do trabalho, mas a posição de *pai* nesse processo de organização dos fatores produtivos (terra e trabalho) passa a ser redefinida.²⁵ Além disso, exigiria uma alteração do *valor terra*, entendido como posse própria (privada) da terra, tão valorizada antes de ir para o acampamento e vista como condição central de segurança socioeconômica. Ou seja, a coerência global de seu universo simbólico é questionada e, em movimento contrário, age num sentido de afirmar a necessária integração dos diversos campos da vida. Assim, *terra*, *trabalho* e *família* são vistos como inseparáveis pelo sentido de caráter totalizante que dão a um modo de vida ancorado na imagem de colono parcelar. Ou seja, em suas narrativas não aparece um momento de ruptura e de conversão ideológica que separaria o *antes* e o *depois* da luta, como no caso daqueles analisados na seção anterior.

As vantagens prometidas pelas formas coletivas de produção de aumento da renda monetária e de maior acesso a créditos agrícolas são vistas com ceticismo. Uma posição receosa que é substrato para incorporar as precauções quanto a essa forma de organização do assentamento, atribuídas a quem já teria acompanhado experiências fracassadas de coletivismos, nesse caso, aos sem-terra de segunda geração. As entrevistas analisadas revelam que esses relatos no acampamento serviram para justificar uma posição já construída entre os sem-terra que não tinham as experiências empíricas de grupos coletivos de produção.

²⁵ Acerca do sentido e posição do “pai” na família camponesa, ver Woortmann (1990).

A respeito da terra, suas referências socioculturais assumem um papel ativo no sentido de buscar materializar seus planos de futuro e desejos associados à imagem de produtor individual, organizador do *trabalho da família sobre a terra*. Embora suas ações direcionem-se, na prática, para a subsistência e a reprodução do ciclo familiar em busca de segurança das condições materiais mínimas para se viver – uma racionalização de suas trajetórias anteriores que acaba restringindo seus leques de carências e desejos –, o ambiente do assentamento abre novas possibilidades de projetos de futuro. Em seus horizontes, a conjuntura de valorização da soja é vista como a possibilidade de se “ficar rico”. Ou seja, o sentido dessa expressão representa a possibilidade de acumular econômica e materialmente além daqueles padrões que se julgava pudessem ser alcançados, ou então a possibilidade de melhorar de vida acima daqueles padrões que até então eram perseguidos. Tais circunstâncias transformam a bovinocultura de leite – até então uma atividade voltada ao comércio, juntamente com a soja – em uma atividade destinada para o autoconsumo familiar. Nesse ambiente, o leite havia perdido seu *status* de atividade comercial.

Contudo, a diminuição do preço da saca de soja a partir de 2004 frustra as expectativas depositadas unicamente naquela monocultura e marca um retorno aos projetos de vida idealizados anteriormente à conjuntura de sua valorização. A atividade leiteira volta a fazer parte das estratégias produtivas comerciais. Pelo fato de que suas relações e contatos sociais e institucionais permanecerem estreitos, em comparação com os assentados da seção anterior, dificultando a criação de “novos mercados”, limitam-se à soja e ao leite como alternativas de constituição de renda monetária.²⁶

²⁶ A renda monetária gerada com o leite assume a função prioritária de garantir mensalmente a aquisição dos alimentos não produzidos para o autoconsumo, além de pequenas aquisições para a casa. A renda adquirida com a soja, por ser “um dinheirinho reunido” devido a uma única colheita por ano, é usada, prioritariamente, para fazer pequenos investimentos e/ou então para pagar dívidas.

Desde o acampamento seus comportamentos em relação aos ideais difundidos pela direção do MST, aos cursos de formação política, aos cursos de agroecologia e à cooperativa são marcados pelo afastamento. A pequena ressignificação de pressupostos culturais, de saberes e de conhecimentos durante o período de luta pela terra e sobre a terra, e sua posição na estrutura de relações sociais do assentamento e da região condicionam suas estratégias produtivas ao que consideram mais seguro para garantir a sobrevivência da família. Nesse ambiente adverso, suas ações direcionam-se basicamente para dentro do lote individual, local onde julgam poder controlar os fatores de produção.²⁷

Esses são os agricultores-assentados mais previdentes com relação à implementação de novas estratégias produtivas propostas pela assessoria técnica e pela direção do assentamento. Procuram participar das reuniões nas quais são discutidos esses temas de orientação técnica, demonstram interesse para com o desenvolvimento e funcionamento de tais “novidades”, mas uma lógica impera: “tem que ver para crer”. Ou seja, esperam que outros agricultores-assentados desenvolvam tais experiências para observar, empiricamente, os resultados, antes de internalizá-las em suas parcelas de terra.

²⁷ Deve-se chamar a atenção do leitor quanto a isto. A centralidade do comportamento e da prática destes indivíduos “recessos” está dada pela necessidade de unidade da *terra, família e trabalho*. São recessos porque as propostas das direções do MST colocam em xeque essa unidade. De certa forma, se resignam à necessidade daquela unidade devido aos fracassos sucessivos na tentativa para “melhorar de vida”. Mas isso não quer dizer que não visualizem possibilidades de progresso econômico e social, desde que não se ameace aquela unidade. Um exemplo dessa situação foi quando um comerciante do centro urbano propôs a um assentado comprar, em escala comercial, sua produção de mandioca, o que exigiria aumento da área cultivada com esta atividade.

Quanto aos projetos de futuro e sonhos almeçados, suas respostas expressam que o projeto de vida desejado já fora alcançado. O que mais se almejava era a conquista de um pedaço de terra. Essa postura não somente é identificada pela análise das informações coletadas nas entrevistas, mas, sobretudo, pelas expressões corporais que são realizadas quando questionados sobre os planos para o futuro. Tem-se a impressão de que o grande sonho da família já está sendo vivido: ter um lote de terra que proporcione, pelo menos, a reprodução social de seus membros. Os sonhos a realizar aparecem muito mais como ajustes ao sonho já realizado do que a perspectiva de acúmulo e progresso econômico e social, conforme expressado pelos agricultores-assentados analisados na seção anterior. Quanto ao futuro imaginado para os filhos, a via do acampamento é vista como única opção, por mais que expressem que essa não seria a melhor alternativa a ser trilhada para os mesmos.

Os agricultores-assentados do sistema produtivo soja

Os agricultores-assentados considerados neste sistema produtivo são os que foram mais marginalizados econômica e culturalmente pelo que se poderia chamar de modernidade. As posições sociais de origem são: filhos de diaristas em granjas e estâncias de gado e filhos de meeiros/empregados temporários em granjas, que também trabalharam em tais relações sociais como seus pais, além de filhos de pequenos agricultores caboclos. As regiões de origem são o Planalto e o Alto Uruguai.

Os trabalhadores com origem de diaristas em estâncias de gado são, em sua grande maioria, oriundos de uma vila do município

de Joia, chamada Zarb.²⁸ A principal forma para a obtenção dos meios de sobrevivência era o trabalho temporário/diarista em fazendas da região na abertura de drenos, derrubada de mata e limpeza de culturas, como milho e soja, por meio da capina. É provável que para os fazendeiros da região esse povoado tenha servido como fonte de mão de obra barata, haja vista que os trabalhos nessas propriedades sempre constituíram a principal fonte de renda daqueles que residiam na Vila Zarb. No entanto, com o aumento da mecanização das lavouras, percebiam que não só estava sendo mais difícil arrumar trabalho, mas que o preço pago pelo dia trabalhado diminuía. Com a realização de acampamentos na região no início da década de 1990, algumas famílias, após visitas do MST, integraram a luta pela terra e foram assentadas no assentamento Ceres.

Assim, o desenvolvimento das relações sociais durante a ocupação da região do Planalto conformou um lugar social a esses indivíduos marcado, historicamente, por práticas clientelísticas e pelos laços de dependência para com os estancieiros (SALES, 1994). Esse lugar social limitou ao mínimo necessário o desenvolvimento de carências para a sobrevivência do grupo familiar. Além do mais, houve o impedimento de possuir patrimônios produtivos, o que restringiu os conhecimentos e saberes adquiridos, passados de geração em geração, àqueles relacionados ao trabalho em terras de outrem. Se analisado numa dimensão sócio-histórica, seria possível sugerir que não há inscrito neste *habitus* referências quanto à

²⁸ A existência dessa vila está relacionada com a formação das estâncias no início do século XX. Segundo dados obtidos na pesquisa, sua origem se deu quando um estancieiro doou uma pequena área de terra a um de seus peões, onde sua família se reproduziu ao longo das gerações, os quais, por meio do trabalho, permaneceram ligados às estâncias da região. O nome aqui atribuído não confere com o nome real da vila.

organização produtiva de uma fração de terra própria, quando comparado com a imagem de colono parcelar. Isso, porém, não impede que tenham se desenvolvido desejos quanto à posse de terra própria e mecanismos de percepção da sujeição vivida. No entanto, o sentido dado à possibilidade de possuir um pedaço de terra própria, em si, está relacionado com sentimentos de ascensão social, garantia de autonomia e de maior liberdade para dispor de seu tempo. Mas, ao lote de terra não é atribuído uma condição *sine qua non* para a constituição da família nem uma condição moral de trabalho na terra do lote como fonte de obtenção dos meios necessários para garantir a reprodução social do grupo familiar, assim como o é entre os agricultores-assentados analisados anteriormente.

Os filhos de meeiros/trabalhadores temporários em granjas, por processos de formação sócio-históricos diferentes, também se inserem de forma subordinada no interior das granjas de soja/trigo. Os grupos domésticos de origem possuíam uma pequena área de terra, segundo os relatos colhidos na pesquisa, não maior que 1 ha, utilizada para o cultivo de autoconsumo. A maior parte da renda das famílias era obtida através de contratos de meação e por trabalhos como diarista em granjas de soja/trigo. Em tais relações, geralmente, desde crianças eles trabalhavam “por dia” e “ajudavam” seus pais nas empreitadas, como relatam nas entrevistas.

Enquanto meeiro, há a tendência de trabalhar em pequenas frações de terra, geralmente inadequadas ao uso de máquina, como naquelas nas quais há a derrubada da mata. Nessas, é necessário empreender uma determinada quantidade de trabalho para a retirada de raízes e troncos. Em tal posição social, o indivíduo costuma receber a maior parte das sementes e insumos agrícolas do proprietário da terra para realizar o cultivo, em troca de uma parte da colheita a ser paga geralmente em produtos. Cabe ao proprietário decidir sobre o sistema de cultivo, assim como a quantidade e qualidade do produto.

Mesmo que venha a ter alguma participação no processo de decisão sobre o que e como plantar, é o proprietário da terra que dá a palavra final. Cabe ao trabalhador apenas executar o planejamento estabelecido previamente pelo proprietário. Ademais, fica afastado das trocas monetárias relacionadas com a compra de insumos e movimentações bancárias, como financiamentos agrícolas. A lógica de relacionamento com o trabalho é de sujeição, diferente de quando se é proprietário de frações de terra e dali se tira o sustento para a família.

Essas relações sociais e o iníquo patrimônio produtivo por parte das famílias podem ter impedido que se manifestassem os valores do modelo de colono parcelar, relacionados, por exemplo, com o trabalho. Além do mais, nas entrevistas desses indivíduos ganha destaque a percepção de uma espécie de “pai-patrão”, pois o dinheiro adquirido por meio do trabalho em granjas era entregue ao “pai para administrar”. Um contexto que possivelmente tenha formado uma perspectiva de entrar na luta pela terra orientada, sobretudo, pelo desejo de ter autonomia sobre os resultados de seus trabalhos.

Quanto aos filhos de pequenos agricultores caboclos aqui considerados, inserem-se no contexto de manutenção de pequenas propriedades na região do Alto Uruguai, quando se processou a ocupação desse espaço por descendentes de colonos. Mesmo que, obviamente, comercializassem para obter o que não produziam, é possível sugerir que o relativo isolamento geográfico em terras de topografia acidentada proporcionou também certo isolamento cultural da sociedade englobante. Conservou-se um princípio de ver a terra por um ângulo de garantir o necessário para a reprodução de um modo de vida que há duas gerações anteriores era *imediata* para o atendimento das carências relacionadas com a sobrevivência familiar.²⁹ O impulso principal para ir acampar

²⁹ A conclusões semelhantes parece chegar Renk (2006: 105-178) em estudo no Oeste Catarinense.

é a relação paterna ser identificada como de “opressão”, criando os motivos para ingressar na luta pela terra, uma vez que sabiam da existência do MST por serem de uma localidade próxima de onde houve a expulsão dos colonos das terras indígenas no final da década de 1970.³⁰

Os agricultores-assentados analisados nesta seção têm um espectro de desejos determinado por circunstâncias sócio-históricas, diferenciado no que se refere à sobrevivência da família, ou melhor, as expectativas de acúmulo material são menores quando comparados com os outros agricultores-assentados analisados anteriormente. Os sentidos atribuídos à possibilidade de conquista de um lote de terra dão-se a partir de sentimentos de autonomia em relação às circunstâncias de subalternidade percebidas em cada ambiente onde houve os processos de socialização desses agricultores-assentados.

O período em acampamento ganha uma significação maior pela possibilidade da sociabilidade com outros sem-terra e da constituição de laços de amizade e pelo sentimento de “aprender a ser do MST”. A principal marcação social forjada nesse caso está mais relacionada com a identificação de um espaço de “iguais” e menos por uma possível constituição de racionalidades econômicas associadas com a organização individual ou coletiva da futura produção no assentamento.

Em assentamento, ocorre uma reviravolta em suas vidas devido à percepção de melhora significativa das condições materiais. A renda monetária adquirida confere uma percepção de ascensão social em comparação com as condições de privação vividas anteriormente. No caso destes agricultores, a renda monetária era adquirida, majoritariamente, pelo arrendamento parcial do lote aos granjeiros ou a outros agricultores-assentados, por

³⁰ Acerca da expulsão dos colonos das terras indígenas, ver Caldart (2000).

empregos temporários e por políticas públicas de assistência e financiamento. Assim, as estratégias produtivas inicialmente consideradas pelo grupo coletivo que compuseram nos primeiros anos do assentamento, ou mesmo as ideias de constituir outras fontes de recursos sobre o lote de terra ainda no acampamento, podem ser, ao menos temporariamente, suspensas.

Em ambos os casos o fato de possuir um lote de terra os insere em um ambiente que demanda um conjunto de decisões a serem tomadas relativas às formas de ocupação de tal área. Neste ambiente, os comportamentos sociais esperados dos agricultores-assentados por assessorias, direções do MST e políticas públicas, geralmente, são em um sentido de maximização dos recursos visando maximização econômica sobre os lotes de terra. No entanto, tais comportamentos requerem lógicas socioculturais mais associadas com uma racionalidade orientada para a obtenção de lucros, como referências de manejo desses fatores produtivos visando o progresso econômico. As posições sociais que esses agricultores-assentados ocuparam na estrutura de relações sociais limitaram o desenvolvimento de predisposições nessa direção. Os agricultores-assentados deste sistema produtivo aparecem como “inadaptados” às valorizações hegemônicas destes espaços perante os demais agentes.

Percebem que destoam da forma de produzir dos demais agricultores-assentados e das orientações produtivas das direções do MST. Como justificativa argumentam “não saber se administrar”, num reconhecimento da ausência de recursos culturais para manejar os fatores produtivos como são valorizados hegemonicamente. Isso não significa afirmar que esses agricultores-assentados não desejam acumular economicamente, mas que determinado nível de retorno financeiro tende a ter significações diferenciadas a partir daquilo que se considera o mínimo para constituir sentimentos de dignidade. O importante a perceber é que, agora, a posse do lote lhes permite garantia e

segurança de obtenção do mínimo considerado necessário para reprodução social da família, amplia os campos de autonomia relativa frente aos grandes proprietários, e o trabalho em fazendas, quando realizado, pode ganhar o *status* de uma fonte de renda extra e não mais a principal.

A afirmação “acho que eu não sei me administrar”, em um contexto de justificativa para suas opções de estratégias de produção sobre o lote, é o reconhecimento de um conjunto de dificuldades e limites impostos pelos seus processos de socialização, bem como de dúvidas, medos e inseguranças em se aventurar com novas formas de organizar a produção. Enquanto justificativa, pode funcionar como um processo de racionalização de sua situação social e de resignação, conformando-se com tais condições de reprodução econômica e social. É o significado dos constrangimentos gerados pelo seu *habitus* e do ambiente que vivenciam. Apesar disso, é uma realidade individual que, de certa forma, não é vivida sem tensionamentos em relação à complexidade de fatores que influenciam o espaço social do assentamento. Ou seja, em suas entrevistas, frequentemente identificavam outros agricultores-assentados como referências a serem seguidas, no caso dos integrantes do sistema produtivo *diversificado*.

Quanto aos projetos e desejos de futuro, esses agricultores-assentados são os que mais demonstram realização e satisfação com as condições socioeconômicas atuais de vida. Por mais que possam demonstrar ansiedades, medos e vontades no sentido de alterações de suas estratégias produtivas e incremento de suas rendas, consideram que a posse do lote significou uma radical melhora das condições de vida. Entre as alternativas de futuro para os filhos, o caminho da luta pela terra é considerado sem equívocos o principal e o melhor.

Considerações finais

Acreditamos que este trabalho possa contribuir para problematizar uma temática que tem sido negligenciada pelas ciências sociais, em especial pelos pesquisadores especializados nos estudos dos assentamentos rurais: a diferenciação socioeconômica nos assentamentos rurais e as condições diferenciadas de alcançar a posição de agricultor parcelar. No caso estudado, um dos fatores que parece compor tais diferenciações é dado pelos limites e pela quantidade de recursos socioculturais internalizados, expressos e identificados no campo social onde o assentamento está localizado. Os diferentes *habitus* conformados numa dimensão sócio-histórica constituem e justificam diferenças socioeconômicas, de visão de mundo e de projeto de vida, constroem novas hierarquias e representam diferenciais de cidadania. Equivale a dizer que as trajetórias individuais e coletivas de uma parte do setor social de subsistência da economia gaúcha se expressam na maneira de organizar suas estratégias de reprodução social em assentamento, considerando o campo de poderes onde se inserem.

Os itinerários, a produção e diversidade cultural são expostos no espaço do acampamento quando essas frações de agricultores decidem lutar por terra. Uma forma de expressão dessa heterogeneidade forjada pelo processo sócio-histórico se dá no estabelecimento das estratégias de reprodução social e das significações a elas atribuídas pelas famílias quando estas se encontram em um mesmo assentamento rural. Neste estudo, se consideradas as reações dos agricultores-assentados numa conjuntura de diminuição do preço da saca da soja, teríamos que: 1) os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado* se caracterizam pela externalização de disposições sociais, ao menos no elo mercantil de suas vidas relacionadas com a lógica da maior lucratividade; 2) já os agricultores-

assentados do sistema produtivo *soja-leite* possuem um sistema sociocultural, naquilo que se refere à organização de suas estratégias produtivas, caracterizado pelo receio, ou seja, pela racionalização de sua posição social devido às frustrações vividas e 3) os agricultores do sistema produtivo *soja* são aqueles que expressam trajetórias cujas relações sociais que as produziram podem ser caracterizadas como de maior subordinação na história agrária do Rio Grande do Sul. Neste último caso, gesta-se um *habitus* de inferioridade, no qual parecem estar ausentes os recursos socioculturais necessários para a constituição de um conjunto de práticas consideradas mais adequadas no meio social onde se encontram.

Cabe ressaltar que a forma e a expressão dos diferentes *habitus* pesquisados se dão num campo específico de poderes no qual os agricultores-assentados estão inseridos. Em outro espaço social, com configurações de poderes diferenciados do que aqui considerado, provavelmente o acionamento e a expressão dos *habitus* também seriam diferentes. Ou seja, o *habitus* compõe um conjunto de fatores e poderes locais e globais que se expressam nos assentamentos e é importante para desvendar as diferenciações econômicas encontradas, mas não pode ser substancializado.

Referências bibliográficas

- ANJOS, Eliene Gomes dos. *Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma – análise da prática cooperativa no MST*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-PGCS/FFCH/UFBA, Salvador, 2005.
- BAILEY, Fredrick George. The Peasant view of the bad life. In: SHAININ, T. (org). *Peasants and Peasant Societies*. England: Penguin Books, 1971).
- BAVARESCO, Pedro Antônio. *Assentamentos Annoni fase IV [RS]: uma análise de seu desempenho socioeconômico*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade-CPDA/UFRRJ, Rio de

- Janeiro, 1998.
- BENEDETTI, Adriane. *Assentamentos rurais na região de Bagé: da diversidade social ao projeto de desenvolvimento*, 2006. Disponível em: <www.cifers.t5.com.br/Relatorio_completo_social.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2007.
- BENTEVI, Benchmarking na agricultura-IGEagro. *Informativo Soja*. Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2006.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. *A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: dos primeiros debates as atuais reflexões. *Reforma Agrária*, v. 33, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 5º ed., 2002.
- _____. A Ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Vozes: Petrópolis, 2ª ed., 2000 .
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Sonhos, Desejos e a "Realidade": herança, educação e trabalho de 'jovens rurais' da Baixada Fluminense/RJ*. Disponível em: <www.nead.org.br> (artigo do mês) Acesso em: 12 de maio de 2005.
- CAUME, David José. *A Tessitura do "Assentamento de Reforma Agrária": discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder*. Campinas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais)-IFCH/UNICAMP, 2002.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. *A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento-RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária)-FCT/UNESP, Campinas, 2003.
- DELGADO, Guilherme. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana; SILVA, Frederico Barbosa da et. al. (orgs.). *Questão Social e Política Social no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- FAO/PNUD-MAARA. Principais indicadores dos assentamentos de reforma agrária. *Projeto BRA/87/022*, Brasília, 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST. Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERRANTE, Vera Lúcia; BARONE, Luís Antônio. O Lugar dos Assentamentos Rurais no Desenvolvimento Local/Regional: dilemas e perspectivas futuras. *Uniará*, Araraquara, n. 17/18, 2006.
- FIALHO, Marco Antônio Verardi. *Rincões de Pobreza e Desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GAIGER, Luiz Inácio. Cultura e religião no espaço agrário do RS: uma visão parcial. *Estudos Leopoldenses*, n. 30, 1994.
- GAIGER, Luiz Inácio. Entre as Razões de Crer e a Crença na Razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, 1995.
- GAIGER, Luiz Inácio. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 13, 1999.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GERHARDT, Marcos. Os Caboclos e a Relação com a Natureza no Norte do Rio Grande do Sul. *Ciência & Ambiente*, n. 33, 2006.
- GONÇALVES, Renata. *Vamos Acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais) –IFCH/UNICAMP, Campinas, 2005.
- GUANZIROLI, Carlos. Reforma Agrária e Globalização da Economia. *Revista da Pós Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1999.
- HEREDIA et al., Beatriz. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 18, 2002.
- JACCOUD, M.; MAYER, R. A Observação Direta e a Pesquisa Qualitativa. In: Vários Autores. *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008
- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

- LEITE, Sérgio Pereira *et al.* *Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.
- LEITE, Sérgio Pereira. Orçamentos Familiares e Estratégias Socioeconômicas em Assentamentos Rurais. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 21, 2003.
- LEMOS, José; ALCANTARA, Selma. Experiência de reforma agrária no Ceará: os casos dos assentamentos de Recreio, Caldeirão, Redonda e Malacacheta-CE. Rio Branco-Acre. *Anais do XLVI Congresso da SOBER, 2008*.
- LOERA, Nashieli Cecilia Rangel. *A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2004.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. *A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio (orgs.). *Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde S. et al. (orgs.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: USP, 1994.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. Desterritorialização e (Re)territorialização dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na Campanha Gaúcha. *In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais*, Niterói, 2006.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- MOREIRA, Roberto José. *Terra, Poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NEVES, Delma. Assentamento Rural: confluência formas de inserção social, *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 13, 1999.
- PICCIN, Marcos Botton Piccin *et al.* Análise do Processo de Constituição e Desestruturação da Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida – Coopervida, RS. *Revista do NERA*. Presidente Prudente, Ano 12, n. 14 (aceito para publicação), 2009.

- PICCIN, Marcos Botton. *Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- PICCIN, Marcos Botton; MOREIRA, Roberto José. A Agroecologia nas Trajetórias Sociais de Agricultores-assentados na Granja 'menina dos olhos dos sem-terra': o caso do Assentamento Ceres, RS. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2006.
- RENK, Aline. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2º ed., 2006.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- RÜCKERT, Aldomar. *Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990*. Porto Alegre, UFRGS, 2003.
- SÁ, Celso Pereira de. *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- SALES, Teresa. Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25, 1994.
- SCARIOT, Adriano. *Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)-PPEX/UFMS. Santa Maria, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 29, 1986.
- SIGAUD, Lygia. A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 58, 2000.
- SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/IUPERJ, 2003.
- WOORTMANN, Klaas. (1990), Com Parente Não Se Negueia: o campesinato como ordem moral". *Anuário Antropológico*, 87:11-76.
- ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí, Unijuí, 1997.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural". In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. (orgs.) *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: USP, 1994.

PICCIN, Marcos Botton e Roberto José Moreira. *Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso no assentamento Ceres, RS. Estudos Sociedade e Agricultura*, Outubro de 2009, vol. 17, n. 2, p. 379-421, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso no assentamento Ceres-RS*). Neste artigo analisam-se as lógicas socioculturais de agricultores-assentados constituídas ao longo de suas trajetórias sociais e exteriorizadas nas e pelas estratégias de reprodução social quando em assentamento. Identificam-se as condições de produção cultural relacionadas com as posições sociais de origem dos agricultores e analisa-se como esses indivíduos interagem frente aos eventos inusitados do acampamento e assentamento. O texto conclui que as condições diferenciadas para alcançar a posição de agricultor parcelar e os diferentes *habitus* resultantes de suas trajetórias sociais são fatores importantes para desvendar as diferenciações socioeconômicas entre agricultores-assentados.

Palavras-chave: assentamentos rurais, reforma agrária, reprodução social, cidadania.

Abstract: (*Habitus and Farmer-Settlers: a Case Study in the Ceres Settlement, Rio Grande do Sul*). The present paper analyzes the socio-cultural logic of farmer-settlers as constituted through their social trajectories and expressed through strategies of social reproduction while in the settlement. Therefore, it identifies the conditions of cultural production related with the social position of farmers' origins and analyzes how those individuals interact according to unusual events in the field and within the settlement. It can be concluded that the different conditions of reaching the position of agrarian reform beneficiary and the different *habitus* resulting from its social implications are important factors for revealing the socioeconomic differentiations between farmer-settlers.

Key words: rural settlements, agrarian reform, social reproduction, citizenship.